



Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IF Farroupilha

Autor: Sidinei Cruz Sobrinho¹

¹ Pró-Reitor de Ensino. MESTRADO em Filosofia. ESPECIALIZAÇÃO em Direitos Humanos. Aperfeiçoamento Profissional em Direito Educacional. GRADUAÇÃO em Direito. GRADUAÇÃO em Filosofia.

DIRETRIZES INSTITUCIONAIS PARA OS CURSOS TÉCNICOS DO IF FARROUPILHA POR QUE FIZEMOS? COMO FIZEMOS? O QUE FAREMOS?

Sidinei Cruz Sobrinho

RESUMO

O presente texto sintetiza o processo de planejamento e elaboração das Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha. Experiência exitosa apresentada na XXXVII Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – Reditec, em 2013, aborda os motivos (por que fizemos?), metodologia (como fizemos?) e perspectivas de implantação, desenvolvimento e avaliação (o que faremos?) a partir do trabalho realizado. Com o objetivo de dar a todos o mesmo ponto de partida, por todos estabelecido, fazendo valer a autoridade do argumento ao invés do argumento da autoridade na Gestão Democrática de Ensino no Instituto Federal Farroupilha, as Diretrizes possibilitam uma (re)visão a partir da própria realidade institucional, buscando consolidar espaço de identificação para a construção da identidade.

Palavras-chave: Diretrizes, Gestão de Ensino, Identidade, Organização, Pedagógico.

DIRETRIZES INSTITUCIONAIS PARA OS CURSOS TÉCNICOS DO IF FARROUPILHA POR QUE FIZEMOS? COMO FIZEMOS? O QUE FAREMOS?

1. Por que fizemos?

Os Institutos Federais (IFs), embora resultem de uma história de mais de cem anos da Educação Profissional no Brasil, foram criados em dezembro de 2008. São, assim, instituições ainda muito jovens, e, portanto, carentes de maior e melhor organização e consolidação administrativa e didático-pedagógica, como prevê a própria natureza jurídica que os constituem enquanto Instituições de Ensino. É necessário construir e fortalecer a identidade institucional nessa nova configuração, que vai muito além das atividades desenvolvidas de forma quase que isoladas entre os antigos modelos institucionais para Educação Profissional no Brasil.

Além disso, os IFs gozam de uma peculiaridade ímpar no Brasil e no mundo, no que tange aos seus objetivos e finalidades. Não existe outra instituição que ofereça ensino profissional em todos os níveis, formas e modalidades, articulando ainda a pesquisa, a extensão e a inovação. Assim, gerir o Ensino em uma instituição tão complexa e diversa exige uma organização didático-pedagógica detalhada e precisa, para que os profissionais da educação que nela atuam possam exercer com maior tranquilidade as suas atividades-fim. O cenário dessa gestão se torna ainda mais complexo por se tratar de uma instituição pluricurricular e multicampi, o o que dificulta, ao gestor de ensino, lançar mão de algumas metodologias que são eficientes para outros contextos. Ou seja, é necessário um ponto de partida comum a partir do qual os sujeitos do ensino e da aprendizagem vão se constituindo e, assim, resignificando, aprimorando e ampliando os horizontes desse ponto de partida.

Deve-se considerar também que, por sua gênese recente e em larga e ampla expansão, os IFs receberam e recebem, nos primeiros cinco anos de vida, inúmeros profissionais, tanto professores quanto técnicos, oriundos das mais diversas experiências, muitos, inclusive, sem nenhuma experiência profissional, seja em outras instituições de ensino, seja em áreas sem relação com o ensino, e, muito menos, na educação profissional.

Essa realidade exige do gestor de ensino, mais que nunca, uma assídua e cuidadosa ação na formação continuada desses profissionais e, em muitos casos, na própria formação inicial, visto que, dada a especificidade da formação exigida para a educa-

ção profissional, mesmo que sejam ótimos em sua área de atuação, podem não estar preparados para atuar como docentes, o que exige mais que domínio de conhecimento específico, exige domínio nas metodologias e compreensões do ambiente de ensino e aprendizagem. Tal ambiente é, como indicamos, muito diversificado, o que faz com que o educador atue, ao mesmo tempo, nos mais diversos níveis, formas e modalidades de ensino.

Diante do cenário brevemente exposto, é imprescindível que a instituição elabore, de forma coletiva, normas internas claras, a fim de garantir a todos o mesmo ponto de partida, e possibilitar, desse modo, pela consolidação da cultura organizacional, o fortalecimento da identidade institucional e, nela, o espaço de identificação entre seus membros. Essa necessidade possibilita o espaço para a própria formação continuada em serviço, visto que, ao discutirem as diretrizes e normativas que orientam as atividades institucionais, os profissionais da educação discutem as suas próprias práticas, compartilhando experiências, aprofundando estudos para o discernimento das questões, propondo formas diversificadas de ação, dentre outras ações.

Ou seja, mais importante que o produto resultante desse trabalho, as diretrizes e as normativas institucionais, é o próprio processo de elaboração coletiva. O processo se constitui como espaço de identificação para a construção da identidade, e os resultados daí produzidos vão, no mesmo movimento dialético, ampliando o horizonte e qualificando o discurso. Em síntese, o que se pretende com a constituição dessas diretrizes, do ponto de vista da gestão do ensino, é que prevaleça a autoridade do argumento ao invés do argumento da autoridade. O gestor de ensino é mero mediador do espaço de constituição do discurso e organização das atividades junto com seus pares. Gestão democrática que se constitui na participação e na responsabilidade pelo que é gerido.

A LDB e as demais normas nacionais vigentes já trazem uma série de diretrizes e regras específicas, mas também possibilitam à autonomia institucional definir, em seu Projeto Pedagógico Institucional - PPI e normas internas, como procederá e orientará aquilo que é flexibilizado pela norma maior vigente, como, por exemplo, a duração da hora-aula, a forma de recuperação paralela, avaliação, prática profissional, organização do currículo, etc.

Como referimos, os IFs são muito jovens ainda, e não há como se falar em pessoas que tenham larga experiência nessa forma de organização institucional, embora se possa contar com experientes e consolidados profissionais da Educação Profissional na rede federal que atuavam nos antigos CEFETs e Escolas Agrícolas, que passaram a formar os IFs, pois a organização administrativa e didático-pedagógica dos IFs imposta pela Lei Nº 11.892/2008 é muito diversa daquelas instituições. Des-

sa forma, dificulta-se a formação continuada em serviço a partir de experiências consolidadas.

Em síntese, a Gestão de Ensino nos Institutos Federais se torna um desafio complexo, porém empolgante, já que a diversidade, quando bem conduzida, consegue agregar experiências e transformar o cenário num ambiente cheio de oportunidades. Este possibilita a Gestão Democrática, por meio da participação coletiva no planejamento e no desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional e das normas internas que dele derivam, levando à organização e à consolidação da identidade institucional e, por conseguinte, da qualidade na prestação desse importante serviço público: a EDUCAÇÃO.

O IF FARROUPILHA, enquanto tal, iniciou as suas atividades efetivamente a partir de 2009, e foi se constituindo pela agregação e pelo esforço de inúmeros profissionais, que começavam a dar corpo e forma à instituição a partir de suas experiências, e do entendimento, que se fortalecia.

Passamos, agora, a expor, de forma resumida, o contexto que, de novembro de 2012 a dezembro de 2013, levou-nos a discutir e elaborar, de forma ampla e coletiva, um documento institucional que rezasse sobre as Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha e outras providências.

Em 2009, o IF Farroupilha, assim como os demais IFs, deu continuidade aos cursos ofertados nas instituições que passaram a integrá-lo (CEFET, EAFA, UNEDs...), e, ao mesmo tempo, ampliou consideravelmente o número de câmpus e de cursos ofertados nos diversos níveis, modalidades e formas. Nesse sentido, a organização didático-pedagógica desses cursos e demais normas internas foram elaboradas na medida em que as demandas iam surgindo, dificultando um planejamento macro, que orientasse de forma institucional as demandas específicas.

Muitas soluções foram altamente suficientes e passaram a integrar a cultura da instituição; outras, porém, por sua vez, careciam de revisão, ou, ainda, de elaboração, a fim de sanar alguns problemas que começavam a surgir e a prejudicar a consolidação da identidade institucional. Essa dificuldade se dava, principalmente, em planejar a Gestão de Ensino de forma a garantir a identidade da instituição numa realidade multicampi sem ferir as especificidades locais e regionais inerentes à realidade da cada Unidade Administrativa – Câmpus e Reitoria, dificuldade essa que ficava expressa nos Projetos Pedagógicos de Curso – PPCs, formulados e reformulados durante esse período, bem como no conflito de normas internas, visto que faltava o lugar comum maior a partir do qual dialogavam.

Nesses menos de quatro anos de IF Farroupilha, a instituição contava com 146

(cento e quarenta e seis) ofertas de cursos com 168 (cento e sessenta e oito) PPCs vigentes. No período ocorreram mais de 160 (cento e sessenta) reformulações nos PPCs. Ou seja, duas alterações em cada PPC num prazo inferior a 18 meses, em média. Quer dizer, antes mesmo de se concluir o primeiro itinerário formativo, e de formar-se a primeira turma em um determinado PPC, este já sofreu várias alterações.

Verificamos que aproximadamente 95% dos pedidos de alterações em PPCs se deram nas ocasiões de troca de coordenação de curso ou de mudança no corpo docente do curso. Essa informação nos levou a concluir que ainda não havia identidade com e no curso, visto que todas as alterações (100%) foram relativas a: carga horária de disciplinas, ementas, carga horária do curso, estágios, atividades complementares e outras relacionadas exclusivamente àquilo que este(s) ou aquele(s) profissional(is) entendiam ser necessário ministrar no curso, e não ao Perfil Profissional do Egresso pretendido naquele curso ou, no máximo, àquilo que cada um entendia ser o profissional formado. Essa compreensão, predominante nesse período, obviamente não se deu por capricho dos profissionais que pleitearam tais alterações, mas, como dissemos acima, pela ainda não consolidada identidade institucional e pela ampla compreensão dos objetivos e finalidades da instituição. Contudo, esse contexto possibilitou o início da formação continuada em serviço, a partir da discussão contínua e coletiva da própria realidade e do desejo desses profissionais em aprimorar e cristalizar a identidade dos cursos e da instituição.

Além disso, pela análise desses PPCs, identificamos uma grande discrepância entre as cargas horárias totais de cursos iguais ofertados em câmpus diferentes. Haviam cursos, por exemplo, com o objetivo de certificar o mesmo profissional (Técnico em xxx), que, portanto, deveriam ter o mesmo Perfil de Egresso, com até 600 horas de diferença entre a organização de um câmpus e de outro. Ora, em um curso com duração mínima prevista no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNT – de 1.200 horas, essa diferença de 50% em carga horária entre um câmpus e outro, às vezes separados geograficamente por menos de 150 km, com realidade cultural socioeconômica muito semelhante, extrapola o bom senso da justificativa da ‘especificidade’ e dificulta a identidade daquele curso, ofertado, em duas versões, pela mesma instituição de ensino. Ressalte-se que as divergências iam além da carga horária, incluindo os próprios objetivos, o perfil do egresso e a organização pedagógica.

Outro fator interessante de se analisar era a elevada carga horária destinada à realização de estágio obrigatório nos cursos técnicos em relação a cursos superiores da mesma área, díspar também da carga do mesmo curso ofertado em outros câmpus. Por exemplo, o curso Técnico em Informática, na forma integrada (ofertado

no câmpus “a”) previa 380h de estágio, enquanto o curso Superior de Sistemas de Informação (ofertado no mesmo câmpus “a”) previa apenas 140h de estágio; o curso Técnico em Informática, na forma integrada (ofertado no câmpus “b”) previa 100h de estágio. Ou seja, essa disparidade indica uma dissonância entre o entendimento da formação esperada em um curso técnico de nível médio e da de um curso técnico da mesma área de formação (Eixo Tecnológico) em nível superior, bem como uma divergência institucional sobre a função do estágio profissional nesses cursos. Por que não realizar contato com a prática real de trabalho ao longo do processo formativo, ao invés de concentrar essa prática apenas na realização do estágio? Além disso, nos casos em que o curso técnico tinha seu correspondente também ofertado em nível superior, era comum observar matriz e ementário idênticos, apenas com carga horária menor ou, às vezes, carga horária maior exigida no curso técnico que no superior, como o caso do estágio acima.

Em síntese, observamos, na organização dos PPCs de cursos técnicos, em regra, ‘minibacharelados’, ao invés de formações específicas de acordo com seu nível de ensino específico e sua formação desejada. Essa conclusão ficou comprovada quando constatamos, em muitos casos, que o Perfil Profissional do Egresso previsto nos PPCs de alguns cursos técnicos era muito diferente em PPCs de cursos iguais ofertados em câmpus distintos e estava em desacordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Novamente, pode-se dizer que isso não foi resultado do descuido ou do capricho dos profissionais que elaboraram essas propostas, mas do fato de que, na ausência de um entendimento maior sobre esse nível e forma de oferta de educação profissional, eles elaboraram os PPCs com base na sua própria formação, na maioria delas, de bacharelados e tecnólogos. Mais uma vez, nota-se a necessidade da participação coletiva na construção do entendimento do objetivo e da finalidade de cada curso em seu respectivo nível, forma e modalidade de oferta, do perfil profissional pretendido para cada formação específica e da construção e consolidação da identidade institucional, que se expressa nos cursos e na forma de educação ofertada.

Outro fator relevante e que traduzia a ausência de conhecimentos específicos da educação e da legislação de ensino vigente era o fato de que, em alguns casos, desrespeitavam-se previsões legais mínimas, como, por exemplo, carga horária mínima obrigatória, conteúdos obrigatórios, etc. O fato demonstrava a necessidade de, não apenas, corrigir essas fragilidades, incluindo o cumprimento da legislação nos PPCs, mas de discutir e assessorar os profissionais que não tiveram essa formação, quanto aos motivos pelos quais tais exigências legais eram pensadas para a educação no Brasil.

Além disso, a elevada carga horária nos cursos técnicos sobrecarregava os do-

centes com atividades de horas-aula em sala de aula, dificultando ou até mesmo impedindo a organização de espaços para formação pedagógica continuada, planejamento coletivo ou individual dos docentes, acompanhamento das atividades, realização de recuperação paralela de estudos, atividades dos educandos para além da sala de aula e dentro da própria instituição, desenvolvimento de projetos por parte das equipes multidisciplinares de técnicos como pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, que poderiam contribuir em muito no desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Era necessário e urgente diminuir o tempo em sala de aula, bem como o excesso de disciplinas, para que a organização e o desenvolvimento dos cursos pudessem ser menos conteudistas, fragmentados e sobrecarregados, e mais participativos, integrados e coletivos.

Inúmeros outros fatores poderiam ser descritos para demonstrar a necessidade de uma pausa no desenvolvimento da instituição e de um momento de avaliação, revisão e planejamento coletivo, para a consolidação das boas práticas e a proposição de novas propostas na organização didático-pedagógica dos cursos técnicos do IF Farroupilha.

Ainda havia um elemento de ordem maior que exigia essa reorganização, a Resolução CNE nº 06/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Quer dizer, tomou-se como base e fundamento o que já existia de consolidado e de mais atual nessa discussão, em nível nacional, para orientar o processo de elaboração das Diretrizes Institucionais. Isso porque as Diretrizes Nacionais, assim como as demais legislações maiores vigentes, apenas orientam o lugar comum a partir do qual cada instituição deve se organizar.

Em poucos casos, essas normas externas são taxativas, não restando alternativa à instituição senão cumpri-las, como, por exemplo, quando se trata da definição da carga horária mínima para cada curso. Em grande parte, são normas abertas, que permitem ou ordenam cada instituição a definir a sua forma de organização, com base naquela diretriz nacional, como, por exemplo, no que diz respeito à duração da hora-aula, à forma de avaliação da aprendizagem, etc. As diretrizes institucionais, por sua vez, viriam a cumprir justamente esse papel, o de possibilitar ao IF Farroupilha definir as suas normas institucionais sem ferir a legislação maior vigente, mas, ao mesmo tempo, sem deixá-las ao bel prazer de interpretações meramente individuais ou de uma unidade gestora divergindo com outra. Trata-se, portanto, de garantir uma gestão sistêmica e em rede no âmbito interno da instituição, que, por sua natureza pluricurricular e multicampi, possibilita a diversidade, mas com identidade institucional.

Assim, no Instituto Federal Farroupilha, entendemos que a elaboração coletiva

das Diretrizes Institucionais possibilitariam: adequação à Res. CNE nº 06/2012; gestão de ensino democrática e compartilhada; planejamento coletivo; otimização na organização do tempo escola; diversidade e integração curricular; espaço e ponto de partida para a formação continuada em serviço; qualidade no processo de ensino e aprendizagem; consolidação do perfil profissional do egresso dos cursos técnicos do IF Farroupilha; organização e revisão do Projeto Pedagógico Institucional – PPI; orientação comum para a organização e construção dos Projetos Pedagógicos de Curso - PPCs, inclusão de práticas profissionais ao longo do itinerário formativo; flexibilidade curricular orientada institucionalmente; enfim, premissas norteadoras para a construção e a consolidação da identidade institucional na oferta dos cursos e o ponto de partida para o constante e necessário planejamento, para a implementação, avaliação e revisão dos processos de ensino e aprendizagem, seja na gestão do ensino, seja no ensino efetivamente.

A dimensão do contexto que levou à elaboração das diretrizes é demasiada extensa para ser descrita neste espaço. Entretanto, já nos foi possível indicar a base fundamental que expõe os principais motivos pelos quais foram elaboradas as Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha, aprovadas pelo Conselho Superior pela Resolução CONSUP nº 102/2013 e reiteradas, com algumas adequações, no Plano de Desenvolvimento Institucional aprovado pelo CONSUP em setembro de 2014.

Assim, fundamentaram a elaboração da proposta as seguintes considerações gerais:

- Considerando o Art. 6º e o Art. 205 da Constituição Federal, segundo os quais a educação é um direito social, e que deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
- Considerando o Art. 206 da CF e o Art. 3 da LEI 9.394/96 - LDB, que preveem os princípios de acordo com os quais será ministrado o ensino;
- Considerando o Art. 207 da CF, conforme o qual as universidades gozam de autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Considerando a Resolução nº 06/2012, de acordo com a qual:

Art. 15. O currículo, consubstanciado no plano de curso e com base no princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, é prerrogativa e responsabilidade de cada instituição educacional, nos termos de seu projeto político-pedagógico, observada a legislação e o disposto nestas Diretrizes e no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Art. 16. As instituições de ensino devem formular, coletiva e participativamen-

te, nos termos dos arts. 12, 13, 14 e 15 da LDB, seus projetos político-pedagógicos e planos de curso.

Art. 17. O planejamento curricular fundamenta-se no compromisso ético da instituição educacional em relação à concretização do perfil profissional de conclusão do curso, o qual é definido pela explicitação dos conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais, tanto aquelas que caracterizam a preparação básica para o trabalho, quanto as comuns para o respectivo eixo tecnológico, bem como as específicas de cada habilitação profissional e das etapas de qualificação e de especialização profissional técnica que compõem o correspondente itinerário formativo.

- Considerando o foco em ações elaboradas a partir das áreas de conhecimento, conforme proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, e que são orientadoras das avaliações do ENEM;
- Considerando as ações que articulam os conhecimentos à vida dos estudantes, os seus contextos e realidades, a fim de atender às suas necessidades e expectativas;
- Considerando as especificidades daqueles que são trabalhadores, tanto urbanos como do campo, de comunidades quilombolas, indígenas, dentre outras;
- Considerando o foco em atividades teórico-práticas que fundamentem os processos de iniciação científica e de pesquisa, utilizando laboratórios das ciências da natureza, das ciências humanas, das linguagens, de matemática, e outros espaços que potencializem aprendizagens nas diferentes áreas do conhecimento;
- Considerando a necessidade de oferta de ações que poderão estar estruturadas em práticas pedagógicas multi ou interdisciplinares, articulando conteúdos de diferentes componentes curriculares de uma ou mais áreas do conhecimento;
- Considerando o estímulo à atividade docente em dedicação integral, com tempo efetivo para atividades de planejamento pedagógico, individuais e coletivas;
- Considerando as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como eixos integradores entre os conhecimentos de distintas naturezas; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio pedagógico; os direitos humanos como princípio norteador; e a sustentabilidade socioambiental como meta universal;
- Considerando os princípios, fundamentos e procedimentos discutidos democraticamente com a comunidade acadêmica, pelo Comitê Assessor de Ensino e pelo GT dos Cursos Técnicos, conforme suas atribuições regulamentadas pela Portaria nº 0834, de 06 de maio de 2013, para orientar a organização curricular na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares dos Câmpus do IF Farroupilha que oferecem cursos técnicos;
- Considerando o Estatuto da Juventude, que, dentre outras definições relacio-

nadas à educação, define que “Art. 9º O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente.”;

O IF Farroupilha passa a reger os Cursos Técnicos com base nas Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha e outras providências.

2. Como fizemos?

Desde outubro de 2012, considerando o breve contexto acima apresentado, a preocupação maior da Gestão de Ensino concentrou-se não na organização didático-pedagógica em si e na organização de diretrizes e normas internas eficientes para a organização e orientação das atividades de ensino e aprendizagem no IF Farroupilha, mas em garantir que esse trabalho se desse de forma democrática e participativa. Nenhum processo ou procedimento, por melhor que fosse do ponto de vista técnico e teórico, seria eficiente sem que os sujeitos que dele participassem, direta ou indiretamente, pudessem nele se identificar ou ao menos segui-lo, sem saber ou saber-se como parte dele ou que este derivou de um amplo e democrático processo participativo em nível institucional.

Obviamente, dada a diversidade e a complexidade de entendimentos, saberes e expertises envolvidos nesse trabalho, impossibilita-se, na maioria das vezes, o consenso tranquilo e absoluto da maioria, mas se torna possível que a maioria o acolha, sabendo que foi fruto do mais esforçado, dialogado e participativo espaço do discurso democrático. Além disso, em hipótese alguma se buscava uma norma estanque e dogmática. Pelo contrário, pretendia-se apenas a conciliação discursiva em um lugar comum, a partir do qual os saberes e fazeres institucionais pudessem se aperfeiçoar e se autocorriger, revendo o próprio ponto de partida, se necessário, mas buscando não mais a defesa desse ou daquele entendimento, e sim a defesa do entendimento institucional em nome do bem comum e da qualificação na prestação do serviço público prestado por esta instituição.

Se, nas palavras do sábio poeta Mário Quintana, “democracia é dar a todos o mesmo ponto de partida”, então era isso que se pretendia, dar a todos o mesmo ponto de partida e, principalmente, que esse ponto de partida fosse estabelecido por todos, para que não fosse preponderante o argumento da autoridade, mas a autoridade do argumento no espaço participativo e na valorização dos profissionais da educação e dos educandos que vivem e convivem nesse espaço.

Passamos, assim, a expor, de forma muito resumida, alguns procedimentos e me-

todologias adotados para a elaboração das diretrizes institucionais, que podem ser analisados com maior profundidade pelo histórico constituído e documentado de todo esse trabalho, desenvolvido de forma intensa e contínua por mais de um ano (novembro de 2012 a dezembro de 2013), e que culminaram, em setembro de 2014, com sua retificação e ampla aceitação da comunidade interna e externa do IF Farroupilha, uma vez que passaram a integrar o PDI, e com a reformulação dos PPCs de todos os cursos Técnicos do IF Farroupilha, bem como deram início à revisão de normas menores e à reorganização do ensino e da gestão de ensino no âmbito institucional.

Em síntese, os procedimentos adotados foram os seguintes:

1 - **Criação do Comitê Assessor de Ensino – CAEN:** formado pela Pró-Reitoria de Ensino e pelos Diretores de Ensino dos Câmpus, para planejamento, implementação, desenvolvimento, avaliação e revisão da proposta pedagógica da instituição, bem como para implementar políticas de ensino que viabilizem a operacionalização de atividades curriculares dos diversos níveis e modalidades da educação profissional.

2 - **Elaboração de um Plano de Ações que define urgências, prioridades e metas para o Ensino** no IF Farroupilha, principiadas pela revisão e pela reformulação da proposta de organização didático-pedagógica da instituição.

3 - **Elaboração de Regulamento para Criação, Suspensão Temporária e Extinção de Cursos** do IF Farroupilha, com o fim de garantir o atendimento aos objetivos e às finalidades da Lei 11.892/2008, e ter critérios institucionais claros para orientar a criação de cursos e a garantia de viabilidade de início e desenvolvimento desses cursos com qualidade, considerando as dimensões da avaliação externa de cursos – infraestrutura, didático-pedagógica e corpo docente e técnico – suficientes e qualificadas.

4 - **Criação do GT dos cursos técnicos do IF Farroupilha**, com representação de todas as unidades, com o fim de planejar e organizar as metodologias de elaboração das diretrizes e garantir a ampla participação da comunidade acadêmica, possibilitando que todos os profissionais da educação e educandos pudessem participar e contribuir no processo de discussão e estabelecimento dos consensos institucionais.

A figura abaixo demonstra, de forma sintética, o mapa de organização de grupos e subgrupos nos quais e por meio dos quais essa ampla participação deveria ser proporcionada, desde a base até a apreciação final nos órgãos de Colegiados Superiores e a aprovação no Conselho Superior – CONSUP:



Figura 1.

5 - **Estudo da legislação de ensino vigente**, principalmente daquela voltada para a Educação Profissional, e de subsídios teóricos sobre o tema. Os membros do GT dos cursos técnicos selecionaram uma série das principais legislações e textos para subsidiar as discussões, visto que, como expomos acima, muitos dos profissionais da educação envolvidos tiveram pouca ou nenhuma formação sobre Educação Profissional e legislação de ensino.

Em 2012, mais de 80% dos servidores haviam ingressado na instituição e na Rede Federal de Educação Profissional em menos de quatro anos. Nesse aspecto, foi de extrema contribuição a discussão sobre Currículo Integrado, que já vinha sendo realizada na Instituição desde 2010, e que, portanto, já havia possibilitado a muitos servidores a dimensão da fundamentação teórica que sustentaria e justificaria boa parte das decisões coletivas. Esses subsídios foram amplamente disponibilizados na instituição, para que todos pudessem se apoderar do norte epistemológico e das orientações legais específicas para a natureza da Educação a ser desenvolvida pelos IFs.

O mapa abaixo sintetiza a organização e a relação entre a complexa teia de instrumentos que serviram de base legal para a organização do currículo e da oferta do ensino técnico no IF Farroupilha:

TÍTULO IV - AVALIAÇÃO, APROVEITAMENTO E CERTIFICAÇÃO
CAPÍTULO I - DA AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR
CAPÍTULO II - DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES
CAPÍTULO III - DA CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES
CAPÍTULO IV - TRANSFERÊNCIA E ADAPTAÇÃO
Seção I - Certificação
CAPÍTULO V - AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO
TÍTULO V - Ações Inclusivas
TÍTULO VI - Assistência Estudantil
CAPÍTULO I - ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL
TÍTULO VII - DA ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA
TÍTULO VIII - ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA
TÍTULO IX - ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS
TÍTULO X - Mobilidade acadêmica
TÍTULO XI - OUTRAS ATIVIDADES EDUCATIVAS
TÍTULO XII - DO PERÍODO LETIVO E DO CALENDÁRIO ESCOLAR
Seção I - Período letivo
Seção II- Calendário acadêmico
TÍTULO XIII - FORMAÇÃO DOCENTE
TÍTULO XIV - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS
GLOSSÁRIO

Obviamente, dissertar sobre todo o processo não é objeto, nem haveria condições de tal intento neste texto. Contudo, cabe destacar, mesmo que brevemente, três aspectos essenciais que se deram na construção das diretrizes: a constituição das matrizes de referência, a partir do Perfil do Egresso, por ênfase tecnológica e áreas de integração, a organização curricular em três núcleos (Núcleo Básico, Núcleo Tecnológico e Núcleo Politécnico) e a possibilidade de distribuição da carga horária semanal, garantindo a realização de atividades docentes e discentes fora da sala de aula.

8 - **Elaboração da Matriz de Referência dos Cursos Técnicos do IF Farroupilha:** partindo do Perfil Profissional do Egresso, elaborado para cada curso técnico conforme suas especificidades, os docentes das respectivas áreas e cursos se reuniram para definir os conhecimentos comuns a serem ensinados e aprendidos durante o itinerário formativo, constituindo, assim, as ementas dos componentes curriculares.

Após definir esses conhecimentos, por componente curricular, todos os docentes do curso deveriam se reunir para definir, ainda com base no perfil do egresso, a ênfase tecnológica de cada componente curricular.

A ênfase tecnológica é a identificação dos conteúdos da ementa sobre os quais o(s) docente(s) deve(m) dar maior ênfase no processo de ensino e aprendizagem para atender ao perfil do egresso, dada sua maior intensidade tecnológica naquele curso específico. Em síntese, esses conteúdos com maior ênfase são aqueles que, de modo geral, os docentes elegem como principais para as avaliações, trabalhos, etc. Há conteúdos aos quais o estudante precisa ter acesso apenas para conhecimento conceitual e básico, a fim de poder dialogar com as demais áreas do conhecimento, tanto técnicos quanto da formação básica, enquanto há conteúdos que o estudante precisa aprofundar, a fim de exercer com maior qualidade as atividades específicas esperadas daquela formação profissional.

Desenvolver o planejamento a partir do perfil do egresso e durante a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso facilita a organização das demais atividades do itinerário formativo, desde a elaboração do Plano de Ensino do professor até o desenvolvimento de projetos integrados, visitas técnicas, pesquisas e inúmeras outras atividades que podem ser pensadas ao longo do curso, entre os docentes e com os alunos, sem perder o foco do perfil do egresso pretendido.

Durante a definição da ênfase tecnológica, o(s) professor(es) de cada área deveria(m) dialogar com os demais, interagindo de forma tal que todos pudessem ter noção do que cada profissional trabalha na sua especificidade, identificando, assim, conteúdos e objetivos comuns entre as diferentes áreas, dando início à definição das áreas de maior integração no currículo e possibilitando o planejamento e a realização de um currículo mais integrado, uma vez que não existe conhecimento desintegrado, mas formas e metodologias de ensino desintegradas e organizações curriculares que dificultam a integração.

Além disso, não se pode falar em currículo integrado ou formação integral se os docentes, principais atores desse processo, desconhecem o curso em si e os objetivos específicos de cada colega. Em suma, não se trata de “eliminar as disciplinas”. É possível montar um currículo totalmente organizado por grandes áreas ou temas geradores ou qualquer outro formato, mas um professor de matemática nunca trabalhará os conhecimentos de bovinos como o professor com formação específica para tal e vice-versa. E não haverá quem discorde que conhecimentos específicos de matemática e de bovinos são indispensáveis num curso de Técnico em Agropecuária, por exemplo. Assim, pode-se até eliminar as disciplinas do currículo, mas chegará um momento em que cada profissional dominará o ensino na sua área

específica. Obviamente, se ambos tiverem pleno conhecimento do curso e do perfil dos egressos pretendido, não terão dificuldades de organizar seus planos de ensino juntos, propondo atividades práticas e avaliação em conjunto, por exemplo, inclusive com a inclusão de outras áreas cuja integração foi identificada na elaboração do currículo. Porém, essa discussão também exige um capítulo à parte.

A figura abaixo representa o exemplo de como deveria ser composta a ementa do componente curricular dos cursos técnicos do IF Farroupilha, considerando a definição da ênfase tecnológica e das áreas de integração a partir do pretendido Perfil Profissional do Egresso. Neste caso, trata-se de um curso Técnico em Edificações. Observe-se que o exemplo consiste em um curso integrado, e que, com base na ênfase tecnológica e na ementa desse curricular específico e na ênfase tecnológica e ementa dos demais componentes, os professores identificaram as principais áreas de integração do curso com esse componente curricular, e assim sucessivamente.

COMPONENTE CURRICULAR	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E SEGURANÇA NO TRABALHO
<p>EMENTA: Manuseio e manutenção de ferramentas, elementos de fixação (anéis elásticos, pregos, parafusos, rebites, abraçadeiras), mecânicos, transmissão por engrenagens, transmissão por correias, lubrificantes, chaves, trena laser, nível laser, acabadoras de superfície, alisadoras, régua vibratória, paquímetro, ferramentas elétricas, ferramentas de corte, equipamentos de grande porte, elevadores e guias. Higiene, condições do ambiente de trabalho, medicina do trabalho e controle médico, riscos, segurança e programas educativos. CIPA, SE SMT, E PIs, EPCs, medidas de proteção, insalubridade, periculosidade e ergonomia.</p>	
<p>Ênfase tecnológica: Normas técnicas (Segurança no trabalho); Ferramentas, máquinas e equipamentos (Manuseio e aplicação); Organização do canteiro de obras.</p>	
<p>Áreas de integração: GERENCIAMENTO AMBIENTAL (sistemas de gestão ambiental, poluição); MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS (utilização na prática de máquinas, equipamentos e ferramentas bem como normas de segurança no trabalho); QUÍMICA (funções e reações químicas); BIOLOGIA (poluição, higiene, tecidos, processos de troca entre o células e o meio, micro-organismos, fisiologia e anatomia, ecologia geral, zoologia); FÍSICA (dissipação de energias e sistemas mecânicos, conceito de viscosidade associada a lubrificantes, Dinâmica em máquinas e equipamentos, noções sobre força de cisalhamento); GEOGRAFIA (escalas geográficas e representação cartográfica, localização e orientação); FILOSOFIA (deontologia/ética profissional, contratualismo: Rousseau, Hobbes, Montesquieu, Pólis: Aristóteles, Platão, Sócrates); SOCIOLOGIA (trabalho, saúde, responsabilidade social, meio ambiente)</p>	
<p>Conceitos geradores: Execução, Saúde, Relações Interpessoais; Responsabilidade; Cidadania; Comunicação; Ética.</p>	

Figura 3.

9 - **Organização curricular em três núcleos:** a organização curricular dos cursos técnicos do IF Farroupilha, em todas as suas modalidades e formas, será organizada por três núcleos:

Os núcleos não serão constituídos como blocos distintos, mas articulados de forma integrada, com base na identificação dos conhecimentos e das habilidades que têm maior ênfase tecnológica e áreas de integração no curso.

Cursos Técnicos do IF Farroupilha

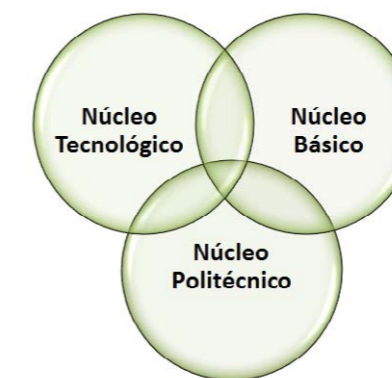


Figura 4.

A organização por núcleos leva em consideração como dimensões integradoras do currículo: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura.

Para organizar a constituição de cada núcleo é necessário:

- observar rigorosamente o perfil profissional do egresso do curso, para identificação dos conhecimentos e habilidades necessários;
- organizar conhecimentos e habilidades em disciplinas;
- considerar os conteúdos organizados em disciplinas, conforme indicado no Currículo de Referência dos Cursos Técnicos do IF Farroupilha, a ênfase tecnológica, as áreas de integração e os conceitos geradores necessários para a formação;
- definir as formas de integração a serem desenvolvidas no curso, garantido o currículo integrado;
- considerar as atividades a serem definidas pelo câmpus na elaboração do PPC;
- integrar ensino, pesquisa e extensão, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Político Pedagógico da Instituição.

O Núcleo Tecnológico é o espaço da organização curricular no qual se concentram as disciplinas que tratam dos conhecimentos e das habilidades inerentes/específicas à formação técnica e que têm maior ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso, em relação ao perfil do egresso do curso. Instrumentalizam-no: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação; fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional.

O Núcleo Básico é o espaço da organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica e que têm menor ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso, em relação ao perfil do egresso do curso. O núcleo básico para os

cursos integrados é constituído basicamente a partir de conhecimentos e habilidades nas áreas de linguagens e seus códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, que têm por objetivo desenvolver o raciocínio lógico, a argumentação, a capacidade reflexiva e a autonomia intelectual, contribuindo na constituição de sujeitos pensantes, capazes de dialogar com os diferentes conceitos. O núcleo básico para os cursos subsequentes ou concomitantes é constituído a partir de conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica, para complementação e atualização de estudos, em consonância com o respectivo eixo tecnológico e o perfil profissional do egresso.

O Núcleo Politécnico é o espaço da organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam de conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica e técnica, que têm maior área de integração com as demais disciplinas do curso, em relação ao perfil do egresso do curso, bem como às formas de integração. São conteúdos correspondentes ao eixo tecnológico, como, também, elementos expressivos para a integração curricular do curso. Sendo assim, na organização curricular, o núcleo politécnico será, por excelência, o espaço no qual serão previstas as principais formas de integração do currículo, além de disciplinas estratégicas, para promover essa integração.

O núcleo politécnico compreende fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos, que alicerçam as tecnologias e a contextualização do eixo tecnológico no sistema de produção social. A organização curricular é o espaço em que se garantem, concretamente, conteúdos, formas e métodos responsáveis por promover, durante todo o itinerário formativo, a politecnia, a formação integral e omnilateral e a interdisciplinaridade. Ou seja, o Núcleo Politécnico, na organização curricular, tem o objetivo de ser o elo entre o Núcleo Tecnológico e o Núcleo Básico, criando espaços contínuos durante o itinerário formativo, para garantir meios de realização da politecnia.

10 -**Distribuição da carga horária:** A reorganização das matrizes e dos ementários, principalmente identificando a ênfase tecnológica e as áreas de integração em cada curso, possibilitou perceber quais eram os conhecimentos essenciais para se atender a determinado perfil de egresso, diminuindo assim, consideravelmente, o tradicional currículo conteudista e, por conseguinte, a excessiva carga horária reclamada para cada disciplina, visto que havia muitos conteúdos a se “ensinar”. Na discussão para identificação das áreas de integração, percebia-se que muitos conhecimentos e conteúdos eram trabalhados mais de uma vez em disciplinas diferentes, e que, agora, poderiam ser compartilhados entre esses componentes, diminuindo também a necessidade de mais carga horária para que o educando tivesse o mesmo

conteúdo muitas vezes sem perceber a relação entre um componente curricular e outro.

Obviamente, o sucesso desse objetivo não depende da organização do currículo, mas de que o desenvolvimento deste se dê continuamente, de forma planejada coletivamente, com momentos específicos para a integração curricular, tanto entre os docentes, no planejamento e orientação das diversas possibilidades de metodologias e práticas que daí se originam, quanto para os estudantes, na realização dessas e no desenvolvimento da autonomia para além da sala de aula. Trata-se de um objetivo impossível de ser alcançado com elevadas cargas horárias em sala de aula, sem tempo para que os docentes possam fazer formação pedagógica em serviço, discutindo a própria prática, acompanhando e avaliando o desenvolvimento do curso, e sem tempo para os alunos desenvolverem outras atividades no câmpus, além da sala de aula, como estudos em grupos, pesquisas, acompanhamento e orientação de apoio com as equipes multidisciplinares, atividades culturais, etc.

Tomemos por base um curso técnico integrado cuja carga horária mínima prevista na Resolução CNE nº 06/2012 seja de 3.200 horas-relógio, e que, antes, fosse realizado no IF Farroupilha com 3.600 e até 3.800 horas-relógio, obrigando a preencher todos os períodos semanais em sala de aula. Com as Diretrizes, esses cursos, que são os de maior duração na proporção do Catálogo Nacional (1.200 h) ficaram com no máximo 3.200 horas-relógio (3.840 horas-aula), possibilitando, assim, que cada câmpus organize os horários de forma tal a se ter no mínimo três turnos por semana sem alunos e professores em sala de aula, mas desenvolvendo inúmeras outras atividades fora da sala de aula (os cursos com 3.000 h ou 3.100 h podem ter turnos a mais sem hora-aula).

A figura abaixo demonstra uma simulação de organização da carga horária semanal que possibilita essa proposta.

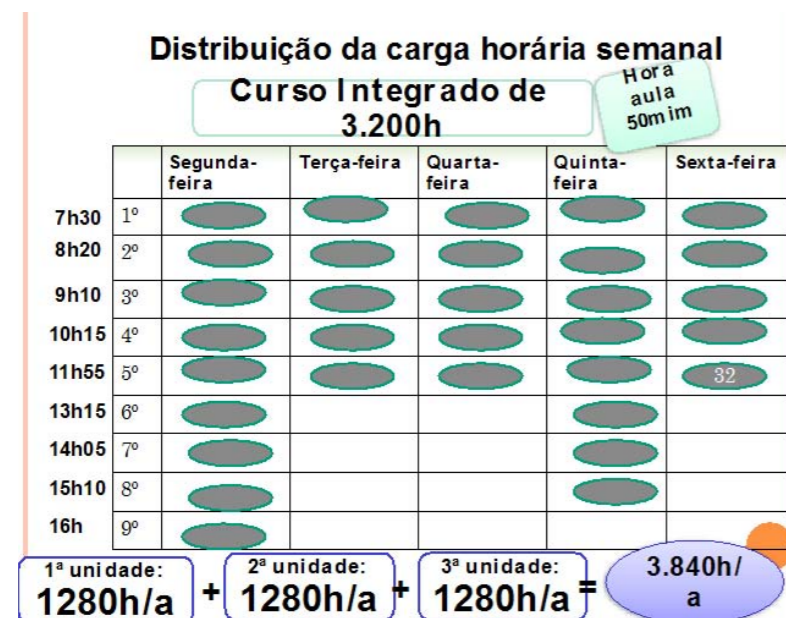


Figura 5

Quer dizer, não se diminuiu a duração dos cursos. Eliminou-se sim, boa parte do currículo conteudista e engessado, possibilitando espaços para recuperação paralela, reuniões pedagógicas entre os docentes, para planejamento e construção das atividades de ensino, enquanto os alunos podem desenvolver atividades orientadas nos laboratórios, grupos de estudo, atividades culturais, receber apoio dos profissionais técnicos em pedagogia, psicologia, assistência social, enfermagem e demais colegas; realizar visitas técnicas, trabalhos de campo, desenvolver seus projetos de pesquisa e extensão e um leque enorme de possibilidades que se desdobra, desde que haja disposição e interesse dos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

3. O que faremos?

O que apresentamos aqui foi uma brevíssima síntese do trabalho realizado para a elaboração das Diretrizes Institucionais. A opção metodológica tomada certamente não foi das mais fáceis de se realizar, uma vez que propor a construção coletiva com a participação direta de centenas de pessoas de lugares, formações e concepções muito distintas, é, sem dúvida, um desafio ousado e quase suicida. Mas sem dúvida é gratificante, porque, apesar das inúmeras dificuldades na mediação dos conflitos, o que se teve como produto final não é, e não se tinha a pretensão que fosse, o “melhor dos mundos possíveis” (na compreensão Cândida, de Voltaire), mas é o melhor possível que os interessados puderam fazer em busca de um ‘mundo’ melhor na organização didático-pedagógica dos Cursos Técnicos do IF Farroupilha. Há quem discorde e, talvez, com razão, desse ou daquele ponto, mas há que se concordar que

prevaleceu a autoridade do argumento ao invés do argumento da autoridade, que, para muitos, é o caminho mais fácil.

O mesmo trabalho foi realizado paralelamente para a organização dos cursos superiores. Respeitadas as especificidades desse nível de formação, deu-se pelos mesmos motivos e com os mesmos objetivos: a gestão democrática do ensino, a participação coletiva na concepção pedagógica da instituição e a qualidade do ensino público ofertado pelo IF Farroupilha. As diretrizes foram ratificadas pela comunidade interna e externa, visto que, mesmo recentemente aprovadas, foram fruto de submissão à ampla consulta pública, durante a discussão e elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018, e anexadas a este documento, diretamente relacionadas à essência do Projeto Pedagógico Institucional – PPI.

Com base nessas diretrizes, todos os PPCs estão sendo revistos, e passarão a vigorar em todos os cursos do IF Farroupilha a partir do início do ano letivo de 2015. Ao mesmo tempo, conforme previsto pelas próprias diretrizes, várias normas específicas estão em fase de elaboração ou revisão, a fim de que, direcionadas por esse documento norteador, possam dar continuidade aos espaços de identificação e identidade institucional.

Agora, serão necessárias ações permanentes de acompanhamento, avaliação e revisão das Diretrizes Institucionais e das normas e atividades delas oriundas, para que não se tornem letra morta, e, sim, um instrumento eficiente e ponto de partida comum para a construção coletiva com vistas à excelência institucional da oferta da educação profissional técnica e tecnológica.

Reiterando o poeta Mário Quintana, “Democracia é dar a todos o mesmo ponto de partida.” Salvo todas as críticas pertinentes possíveis, só uma seria a mais imperitante, que a todos não foi dado o direito de partir do mesmo ponto. Se acertamos, não sabemos. Se erramos, os dias vindouros nos dirão e nos darão a oportunidade de reconhecer as fraquezas, concentrar-se nos pontos fortes, proteger-se das ameaças e consolidarmos juntos a maturidade e a identidade institucional que buscamos.

O que faremos? Seguiremos em frente com aqueles que já se propuseram a caminhar enquanto instituição cujo bem maior e preocupação máxima é qualidade do ensino e o bem comum dos sujeitos que a compõem. Acolheremos de bom grado os que desejarem se juntar nessa proposta institucional. Continuaremos a hercúlea tarefa de planejar, implementar, acompanhar, avaliar, revisar, inovar, planejar... o ensino e aprendizagem, acreditando que embora muito longe de sermos os melhores, aqueles que virão e os melhores que nós serão obrigados a concordar que preferimos pecar pela ousadia que sermos maculados pela omissão de nunca ter tentado.

PS.: Imprescindível agradecer às centenas de colegas do IF Farroupilha que trabalharam, com muito afincamento e dedicação, na construção de espaços de identificação para a construção da identidade institucional no espaço e no tempo. Felizmente, foram poucos os que se omitiram do trabalho coletivo e da responsabilidade coletiva que isso implica. Impossível nomear aqui todos os envolvidos e descrever todo o processo. Na Pró-Reitoria de Ensino encontra-se disponível para consulta todo o histórico, compilado em mais de mil páginas, com registros detalhados de cada palavra descrita nos mais de 300 dispositivos que sistematizam as Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha. O mesmo é válido para as Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-pedagógica para os cursos de Educação em nível Superior no Instituto Federal Farroupilha. Em nome de todos esses colegas, cabe reiterar que o documento final não foi o essencial, visto que certamente precisará ser melhorado, e muito. O importante foi descobrirmos que, apesar dos pesares e de algumas apostas contrárias, o serviço público ainda pode contar com muitos servidores críticos, comprometidos e responsáveis com o bem comum.